

ROMINOR - COMÉRCIO, EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 84.696.814/0001-00

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/> O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 03 de fevereiro de 2026, sem modificações.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Rominor Comércio, Empreendimentos e Participações S.A., submete à apreciação dos Senhores Acionistas Relatório da Administração, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhado das Demonstrações Financeiras e do Parecer dos Auditores Independentes. **1. Desempenho Operacional:** A receita operacional líquida do exercício foi de R\$ 14.289.071,76 e o lucro líquido do ano de 2025 foi R\$ 15.247.095,61. A posição patrimonial e financeira da Companhia permaneceu adequada para suas operações, conforme evidenciado nas Demonstrações Financeiras. A principal operação da companhia em 2025 foi a venda do imóvel localizado na Rua Duque de Caxias em Santa Bárbara

d'Oeste conforme descrita na Nota Explicativa 14. **2. Política de Distribuição de Dividendos:** A política de distribuição de dividendos da Companhia está descrita na Nota Explicativa 12. **3. Investimentos:** Durante o exercício social, a Companhia não realizou investimentos. **4. Auditoria Externa:** Atendendo às disposições da Instrução CVM 381/03, a Companhia informa que o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, não ocorreu a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EXERCÍCIOS FINDOS EM					
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)					
Ativo	2025	2024	Passivo	2025	2024
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	24.221	8.542	Impostos e contribuições a recolher	10	21
Aplicações financeiras	—	27.555	Dividendos	3.822	3.923
Contas a receber	1.770	3	Imposto de renda e contribuição social a recolher	86	403
Estoque	—	429	Partes relacionadas	13	12
Impostos e contribuições a recuperar	116	257		3.931	4.359
	26.107	36.786			
Outros investimentos	300	300	Não Circulante		
	300	300	Impostos e contribuições diferidos	846	—
				846	—
Não Circulante			Patrimônio Líquido		
Contas a receber	10.826	—	Capital social	17.451	17.451
	10.826	—	Reserva de capital	80	80
			Reserva de lucros	14.925	15.196
			Total do Patrimônio Líquido	32.456	32.727
Total do Ativo	37.233	37.086	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	37.233	37.086

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM					
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)					
	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Reserva legal	Total
	17.451	80	5.416	3.490	8.906
Saldos em 31 de dezembro de 2023	17.451	80	5.416	3.490	8.906
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	15.608
Dividendos pagos (equivalentes a R\$ 0,87 por ação)	—	—	(5.416)	—	(5.416)
Dividendos mínimos obrigatórios	—	—	—	—	(3.902)
Transferência entre reservas	—	—	11.706	—	(11.706)
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	—	—	6.290	—	6.290
Saldos em 31 de dezembro de 2024	17.451	80	11.706	3.490	15.196
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	15.247
Dividendos pagos (equivalentes a R\$ 1,89 por ação)	—	—	(11.706)	—	(11.706)
Dividendos mínimos obrigatórios	—	—	—	—	(3.812)
Transferência entre reservas	—	—	11.435	—	(11.435)
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	—	—	(271)	—	(15.247)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	17.451	80	11.435	3.490	14.925

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025					
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)					

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Rominor - Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia") tem por objetivo principal a atividade imobiliária, inclusive incorporação, compra, venda e locação de imóveis próprios, a exploração de direitos imobiliários, por qualquer outra forma, a administração de bens próprios ou de terceiros, a intermediação de negócios imobiliários e corretagem em geral, inclusive seguro, prestação de fianças, avais, anuências e congêneres, representada pelas comissões recebidas de instituições financeiras, decorrente de garantias e avais, prestação de serviços relacionados com suas atividades e a participação em sociedades imobiliárias e outras, como sócia, quotista ou acionista.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto se indicado de outra forma e, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras (Nota 3). **2.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e, não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **2.2.1. Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras são compostas por títulos de CDB, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização e que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. Em razão da Companhia efetuar aplicação com vencimentos acima de 90 dias e serem mantidos com a finalidade de investimento, por isso não atendem os critérios de reconhecimento de Caixa e equivalentes de caixa. Em razão da Companhia efetuar aplicação com vencimentos acima de 90 dias e serem mantidos com a finalidade de investimento não atendem os critérios de reconhecimento de Caixa e equivalentes de caixa. **2.3. Ativos financeiros - Custo amortizado:** Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis compreendem as "Contas a receber" (Nota 2.4). A Administração avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. **2.4. Contas a receber:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber da venda de imóveis. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas esperadas para risco de créditos. **2.5. Estoques:** Os estoques são representados por terrenos e edificações. Os estoques são registrados pelo custo de aquisição. Durante o exercício de 2025 foi vendido o último imóvel registrado na rubrica de estoques conforme Nota 8. **2.6. Outros investimentos:** De acordo com o CPC 48 "Instrumentos Financeiros" um investimento em instrumento patrimonial que não tenha preço cotado em mercado ativo para instrumento idêntico (ou seja, informação de Nível 1) (ou ativo derivativo que seja vinculado a esse instrumento e que deva ser liquidado pela entrega desse instrumento), deve ser mensurado ao valor justo na data da aplicação inicial. O CPC 48 ainda estabelece que instrumentos de participação societária, quando não há controle, controle conjunto ou influência significativa, devem ser mensurados pelo seu "valor justo". Para valorização a valor justo deste instrumento

financeiro a Companhia utilizou como referência as informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria entidade. **2.7. Passivos financeiros:** Classificação dos passivos financeiros: Instrumentos de dívida são classificados como passivos financeiros. Passivos financeiros são designados como outros passivos reconhecidos inicialmente a valor justo e mensurados subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se do método dos juros efetivos. **2.8. Imposto de renda e contribuição social - Lucro Presumido:** A Companhia adotou a opção da legislação fiscal vigente referente à apuração do imposto de renda e da contribuição social com base no lucro fiscal presumido. Sendo assim, com base no Artigo 15 da Lei nº 9.429/95, os percentuais utilizados para a determinação das bases de cálculo são os seguintes: • 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre venda de mercadorias. • 32% sobre receitas e serviços. • 100% sobre os rendimentos financeiros. Sobre as bases de cálculo constituídas, o imposto de renda é calculado à alíquota de 15% acrescido do adicional de 10% sobre a receita que exceder R\$240 ao ano, e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%. **2.9. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos). **2.10. Capital social:** As ações ordinárias são apresentadas no patrimônio líquido. Não há ações preferenciais. **2.11. Distribuição de dividendos:** É reconhecida como passivo no momento em que os dividendos são propostos pela Administração. O estatuto social da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, apurado de acordo com a legislação societária e as práticas contábeis adotadas no Brasil, sejam distribuídos como dividendos. A Companhia registra, no encerramento do exercício social, provisão para o montante de dividendo mínimo que ainda não tenha sido pago durante o exercício. **2.12. Reconhecimento de receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de imóveis e por comissões recebidas de instituições financeiras por ser garantidora de fianças bancárias. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. **2.13. Outras receitas e despesas:** O resultado das operações é registrado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. **2.14 Adoção das CPCs novas e revisadas:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **• Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" e IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros". Evidenciando para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis à empresas em geral e não apenas à instituições financeiras. As alterações: (a) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa; (b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente; (c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e (d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"). As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. **• Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza:** em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de *own use* e *hedge accounting* previstos no IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros". Evidenciando, com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como "contracts referencing nature-dependent electricity". Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza. As alterações trazem: (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de *own use*, (ii) condições a serem consideradas para aplicação de *hedge accounting* (*cash flow hedge*) e (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício. As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM			
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto lucro por ação expresso em reais)			
	2025	2024	
Receita operacional líquida	14.289	16.534	
Custo dos produtos e serviços vendidos	(429)	(899)	
Lucro bruto	13.860	15.635	
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	(128)	(898)	
Honorário da Administração	(138)	(128)	
	(266)	(1.026)	
Lucro operacional	13.594	14.609	
Receitas (despesas) financeiras			
Receitas financeiras	3.372	2.896	
Despesas financeiras	—	(5)	
	3.372	2.891	
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	16.967	17.500	
Imposto de renda e contribuição social	(1.719)	(1.892)	
Lucro líquido do exercício	15.247	15.608	
Lucro básico e diluído por ação em reais - R\$	2,46	2,52	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM			
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)			
	2025	2024	
Lucro líquido do exercício	15.247	15.608	
Outros resultados abrangentes	—	—	
Lucro líquido abrangente do exercício	15.247	15.608	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia está em processo inicial de análise dos efeitos dessas alterações em suas demonstrações financeiras, porém não espera que resultem em impactos materiais. **• IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Contábeis", introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados: **••** Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido da companhia, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado. **••** Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, a companhia desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial. **••** A companhia não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1. **•** No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento. A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18. **• IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações e alterações:** Esta nova norma e alterações permitem que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) apliquem requisitos de divulgação reduzidos, de forma a equilibrar as necessidades de informação dos usuários das demonstrações financeiras das subsidiárias elegíveis com a economia de custos para os preparadores. O IFRS 19 é uma norma voluntária para subsidiárias elegíveis. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras. **• Melhorias Anuais às normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) - Volume 11:** As melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*). As alterações referem-se às seguintes normas: **••** IFRS 1 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro"; **••** IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgação e sua Orientação de Implementação do IFRS 7"; **••** IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros"; **••** IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas"; e **••** IAS 7 - "Demonstração dos Fluxos de Caixa". Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras. **• Alterações ao IAS 21 - Tradução para uma Moeda de Apresentação Hiperinflacionária:** Essas alterações de escopo restrito especificam os procedimentos de tradução para uma entidade cuja moeda de apresentação é a de uma economia hiperinflacionária. A entidade aplica as alterações se: • sua moeda funcional for a de uma economia não hiperinflacionária e ela estiver traduzindo seus resultados e posição financeira para a moeda de uma economia hiperinflacionária; ou estiver traduzindo para a moeda de uma economia hiperinflacionária os resultados e a posição financeira de uma operação no exterior cuja moeda funcional seja a de uma economia não hiperinflacionária. As alterações têm como objetivo melhorar a utilidade das informações resultantes de maneira eficiente em termos de custos. Desenvolvidas em resposta ao *feedback* de partes interessadas, espera-se que essas alterações reduzam a diversidade de práticas e proporcionem uma base mais clara para o reporte em moeda hiperinflacionária. Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras. **• Alterações aos Exemplos Ilustrativos sobre IFRS 7, IFRS 18, IAS 1, IAS 8, IAS 36 e IAS 37 - "Divulgação de Incertezas nas Demonstrações Financeiras":** Essas alterações incluem exemplos que ilustram como uma entidade pode aplicar os requisitos das normas contábeis internacionais (*IFRS Accou-*

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM			
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)			
	2025	2024	
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	16.967	17.500	
Variação nos ativos e passivos operacionais:			
Estoques	429	899	
Contas a receber	(12.594)	—	
Impostos e contribuições a recuperar	141	(131)	
Impostos e contas a pagar	(10)	(9)	
Caixa gerado nas operações	4.933	18.259	
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro pagos	(1.190)	(1.617)	
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	3.743	16.642	
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras	27.555	(11.555)	
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	27.555	(11.555)	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos	(15.619)	(7.215)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(15.619)	(7.215)	
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	15.679	(2.128)	
Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício	8.542	10.670	
Caixa e equivalentes de caixa - no fim do exercício	24.221	8.542	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

nting Standards) para divulgar os efeitos de incertezas em suas demonstrações financeiras. **•** Os exemplos demonstram como divulgar os impactos de incertezas em cenários relacionados ao clima, mas os princípios e requisitos também são aplicáveis à divulgação de outras incertezas. Os exemplos não acrescentam nem alteram exigências das normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) e, portanto, não há requisitos de transição. Em vez disso, esses exemplos acompanharão as respectivas normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) às quais estão relacionados. Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da companhia. Não há outras normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da companhia.

3. USO DE ESTIMATIVAS: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer da Administração da Companhia o uso de estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas registrados, bem como a divulgação das demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas incluem a mensuração do valor justo de outros investimentos. Os resultados efetivos dessas transações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração concluiu que não há nenhuma estimativa a ser aplicada nestas demonstrações financeiras.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO: 4.1. Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia a expõem a risco financeiro, principalmente por riscos de mercados (risco com taxa de juros). O programa de gestão de risco da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras são afetados pelas variações nas taxas de juros relacionadas ao CDI.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos a seguir relacionados: **•** Caixa e equivalentes de caixa e Contas a receber; reconhecidos pelo custo amortizado acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, os quais se aproximam do seu valor de mercado. **•** Investimentos em ações: O investimento em ações da Santinvest S.A. Participações, classificado no grupo de outros investimentos e mensurados pelo valor justo no resultado da Companhia.

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: O capital social em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, é representado por 6.191.156 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, integralmente autorizadas e integralizadas. **Dividendos:** O estatuto social prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado na forma da lei societária. A proposta de distribuição de dividendos e de constituição de reserva de lucros pela Administração à Assembleia Geral Ordinária é como segue:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	15.247	15.608
(-) Constituição de reserva legal	—	—
Lucro passível de distribuição	15.247	15.608
Dividendos mínimos obrigatórios	(8.121)	(3.902)
Dividendos propostos e distribuídos	—	—
Constituição de reserva de lucros	11.435	11.706
Percentual dos dividendos propostos sobre o lucro passível de distribuição	25%	25%

Em 04 de fevereiro de 2025, foi aprovada pelo Conselho de Administração a distribuição de dividendos complementares ao mínimo obrigatório, referente ao exercício de 2024, o total de R\$11.706, pago em 11 de março de 2025. Durante o exercício social de 2025 o montante pago pela Companhia referente a Dividendos foi de R\$15.619. **Reserva legal:** De acordo com o previsto no Artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deve ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia não registrou valor como reserva legal, pois em 2012 já atingiu o limite de 20% do capital social. **Reserva de lucros:** Em conformidade com o Estatuto Social, o montante de lucros retidos no exercício, adicionados à reserva de lucros, teve sua destinação definida pelo Conselho de Administração em 03 de fevereiro de 2026, a ser ratificado pela Assembleia Geral Ordinária que ocorrerá em 10 de março de 2026. **Lucro por ação:** O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	15.247	15.608
Média ponderada das ações no exercício - em milhares	6.191	6.191
Lucro básico por ação - em R\$	2,46	2,52

O lucro básico por ação e o lucro diluído por ação são iguais pelo fato da Companhia não possuir nenhum instrumento, com efeito, diluidor sobre o lucro por ação.

7. EVENTOS SUBSEQUENTES: Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de fevereiro de 2026, foi autorizada a distribuição de dividendos, referente ao exercício de 2025, no valor de R\$ 2.859, a ser pago em 02 de março de 2026, sujeito a ratificação na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 10 de março de 2026.

8. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e autorizadas para divulgação em 03 de fevereiro de 2026.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		DIRETORIA		CONTADORA	
Américo Emílio Romi Neto - Presidente Eugênio Guimarães Chiti - Vice-Presidente Paulo Romi - Membro		Luiz Cassiano Rando Rosolen - Presidente Fernando Marcos Cassoni - Vice-Presidente Fábio Barbanti Taiar - Diretor		Josiane Perdigão Gibin CRC - SP 202148/O-8 CPF 278.895.688-60	

ESTADÃO RI

CONHEÇA AS VANTAGENS DE PUBLICAR SEUS BALANÇOS E ATOS SOCIETÁRIOS NO ESTADÃO

CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL: (11) 3856-2442

estadaori.estadao.com.br